

## CAPÍTULO I

I A APROVAÇÃO DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA .....	9
II TÍTULO I: DA ORDEM TRIBUTÁRIA .....	11
A - A tributação .....	12
B - Legalidade Tributária .....	13
C - Justiça Tributária .....	13
D - Interpretação e aplicação da norma tributária .....	13
III TÍTULO II: PRINCÍPIOS DA RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA .....	14
A - Os sujeitos .....	14
B - Objecto da relação jurídica tributária .....	17
C - Constituição e alteração da relação jurídica tributária .....	18
D - Extinção da relação jurídica tributária .....	19
E - Garantia da prestação tributária .....	21
IV TÍTULO III: PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO – PRINCÍPIOS .....	22
V TÍTULO IV: DO PROCESSO TRIBUTÁRIO – PRINCÍPIOS .....	27

## CAPÍTULO II

1. GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES – INTRODUÇÃO .....	29
2. GARANTIAS NÃO IMPUGNATÓRIAS .....	30
2.1 Decorrentes de princípios conformadores da actividade tributária .....	30
2.1.1 Legalidade, igualdade, justiça, imparcialidade, participação e proporcionalidade no procedimento tributário .....	30
2.1.2 Certeza, segurança e celeridade na definição das situações tributárias .....	33
2.1.3 Mapa Síntese .....	34
2.2 Decorrentes da atribuição de direitos subjectivos .....	35
2.2.1 O direito à informação .....	35
2.2.2 O direito à fundamentação e notificação dos actos tributários .....	39
2.2.3 O direito à redução de coimas .....	43
2.2.4 O direito a juros indemnizatórios .....	47
2.2.5 O direito ao pagamento em prestações .....	48
2.2.6 O direito a solicitar inspecção .....	49
2.2.7 Mapa Síntese .....	52

<b>3. GARANTIAS IMPUGNATÓRIAS .....</b>	<b>52</b>
<b>3.1 No procedimento tributário .....</b>	<b>52</b>
3.1.1 Reclamação graciosa .....	52
3.1.2 Recurso hierárquico .....	57
3.1.3 Revisão da matéria tributável .....	61
3.1.4 Revisão dos actos tributários .....	65
3.1.5 Mapa Síntese .....	67
<b>3.2 No Processo Tributário .....</b>	<b>68</b>
3.2.1 Impugnação judicial .....	68
3.2.2 Oposição à Execução Fiscal .....	73
3.2.3 Acção para reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária .....	75
3.2.4 Intimação para consulta de documentos, passagem de certidões, produção antecipada de prova e de execução de julgados .....	76
3.2.5 Recurso da decisão da administração tributária relativa à derrogação do sigilo bancário .....	77
3.2.6 Recurso da decisão da administração tributária de avaliação indirecta com base em manifestações de fortuna .....	79
3.2.7 Intimação para um comportamento em caso de omissão lesiva de direito ou interesse legítimo em matéria tributária .....	80
3.2.8 Recurso contencioso de actos relativos a questões tributárias que não envolvam a apreciação do acto de liquidação .....	80
3.2.9 Recurso de actos de aplicação de coimas e sanções acessórias .....	81
3.2.10 Recurso de actos praticados no processo de execução .....	83
3.2.11 Mapa Síntese .....	84

### CAPÍTULO III

<b>I INTRODUÇÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>II O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO DE INSPECÇÃO – CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>90</b>

### CAPÍTULO IV

<b>1. O âmbito da execução fiscal .....</b>	<b>105</b>
<b>2. Os requisitos da dívida sujeita a cobrança coerciva .....</b>	<b>107</b>
<b>3. O título executivo .....</b>	<b>108</b>
<b>4. A legitimidade dos exequentes .....</b>	<b>109</b>
<b>5. A legitimidade dos executados .....</b>	<b>111</b>
<b>6. As regras de competência .....</b>	<b>111</b>
<b>7. A instauração do processo .....</b>	<b>113</b>
<b>8. A suspensão do processo de execução fiscal .....</b>	<b>114</b>
<b>9. As nulidades em processo de execução fiscal .....</b>	<b>116</b>

10. A citação do executado .....	117
11. As funções da citação .....	123
12. O pagamento voluntário .....	125
13. O pagamento em prestações .....	125
14. A dação de bens em pagamento .....	128
15. A oposição judicial .....	129
16. O mandado de penhora .....	131
17. A penhora de bens .....	132
18. A convocação dos credores .....	136
19. A reclamação de créditos .....	137
20. A verificação dos créditos .....	138
21. A graduação dos créditos .....	139
22. A venda dos bens .....	139
23. A anulação da venda .....	142
24. Embargos de terceiros .....	143
25. A reversão da execução fiscal .....	143
26. A reclamação das decisões dos órgãos da administração tributária .....	146
27. O recurso dos actos jurisdicionais .....	147
28. A declaração em falhas .....	147
29.1 <i>O pagamento voluntário</i> .....	148
29.2 <i>O pagamento coercivo</i> .....	149
29.3 <i>A anulação da dívida exequenda</i> .....	149
29.4 <i>A compensação da dívida</i> .....	150
29.5 <i>A prescrição da dívida</i> .....	150
30. O acréscido: A liquidação dos juros de mora .....	152
31. O acréscido: A liquidação das custas processuais .....	154
32. Os privilégios creditórios .....	156
33. Quadro dos privilégios creditórios .....	163
34. Estrutura da tramitação do processo de execução fiscal .....	164
35. Exemplo de imputação de pagamento parcial .....	166